



CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS - CAMPUS III
CURSO DE LETRAS

GECIANE DOS SANTOS AMARANTE

**A RELAÇÃO ENTRE A(S) GRAMÁTICA(S) E OS PCN'S: UMA VISÃO
REFLEXIVA**

GUARABIRA - PB
2014

GECIANE DOS SANTOS AMARANTE

**A RELAÇÃO ENTRE A(S) GRAMÁTICA(S) E OS PCN'S: UMA VISÃO
REFLEXIVA**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros

GUARABIRA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A485r Amarante, Geciane dos Santos
A relação entre a(s) gramática(s) e os Pcn's: [manuscrito] :
uma visão reflexiva / Geciane dos Santos Amarante. - 2014.
18 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Adriana Sales Barros, Departamento
de letras".

"Colaboração: Fernanda Barboza de Lima", Cleuma Regina
Ribeiro da Rocha Lins

1. Ensino de língua portuguesa. 2. Concepções e tipos de
gramática. I. Título.

21. ed. CDD 469

GECIANE DOS SANTOS AMARANTE

A RELAÇÃO ENTRE A(S) GRAMÁTICA(S) E OS PCN'S: UMA VISÃO REFLEXIVA

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 04/12/2014

Adriana Sales Barros

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros
Orientadora

Fernanda Barbosa de Lima

Prof.^a Dra. FERNANDA BARBOSA DE LIMA
Examinadora

Cleuma Regina Ribeiro da Rocha Lins

Prof.^a Ms. CLEUMA REGINA RIBEIRO DA ROCHA LINS
Examinadora

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o ensino de língua portuguesa, especificamente o ensino de gramática, e será realizado a partir de teorias que procuram elucidar o assunto, tais como: Antunes (2003), Geraldi (2006), PCN (1998), Possenti (1996), Travaglia (2009) que argumentam sobre as concepções e os tipos de gramática, bem como sua relação com o ensino. Nessa perspectiva, nosso objetivo principal é destacar o que dizem os teóricos a respeito das concepções e tipos de gramáticas, bem como correlacionar como esses conceitos estão presentes nos documentos oficiais que regem o ensino, os PCN's de Língua Portuguesa. Diante do dito, mostraremos a importância de estudar a língua materna, mas precisamente a gramática, como forma de ampliar a competência comunicativa do indivíduo para falar, ouvir, ler e escrever textos fluentes. Dessa forma, nosso estudo torna-se relevante à medida que contribuirá para o conhecimento de propostas de ensino de gramática e sua promoção, no tocante ao processo de ensino aprendizagem de gramática.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Concepções e Tipos de Gramática.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem é algo de fundamental importância para formação intelectual e social do indivíduo, para que se torne um ser pensante e crítico perante as dificuldades. Por isso, é papel da escola proporcionar ao aprendiz conhecimentos procedimentais e atitudinais para sua formação.

A presente reflexão incide sobre a importância do ensino de gramática para a formação de conhecimento do aluno e a condensação de conteúdos por meio de um repasse bem sucedido. Este artigo visa ainda, mostrar as concepções e os tipos de gramáticas, e a presença desses conceitos nos documentos oficiais que regem o ensino, os PCN's de Língua Portuguesa.

Para alcançarmos nosso objetivo geral, é nossa intenção destacar as concepções e tipos de gramática do ponto de vista dos teóricos supracitados, e correlacionar como esses conceitos estão presentes nos PCN's de Língua Portuguesa.

Dessa forma, para entendermos como acontece esse processo do ensino de gramática, apresentaremos qual concepção de gramática se adéqua para cada situação contextualizada.

1 OBJETIVOS DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Embasados em fundamentos teóricos destacaremos, a seguir, os principais objetivos do ensino de língua materna para falantes nativos dessa língua, sob a óptica de PCN'S (1998), e Travaglia (2009).

O ensino de Língua Portuguesa tem sido durante muito tempo o centro da discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país. O eixo principal dessa discussão no ensino fundamental centra-se, principalmente, no que diz respeito ao domínio de leitura e escrita pelos alunos, fatores eminentemente responsáveis pelo fracasso escolar, além de concentrar a maior parte de repetência. Isso se deve, em muitos casos, pelo fato de haver “a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos; (...)”. (PCN'S, 1998, p. 18, grifos do autor).

Entretanto, vale salientar que a mediação do professor no trabalho com a linguagem é de extrema importância para que haja o repasse do conteúdo de forma clara, objetiva e respeitosa ao educando, haja vista, as transformações socioculturais, afetivo-emocionais e cognitivas desencadeada nos alunos do terceiro para o quarto ciclo, mas precisamente, na fase da adolescência para juventude marcado pelo processo de (re)constituição de sua identidade. Dessa forma, levar os alunos ao uso apropriado de padrões de linguagem escrita, é condição cabal para que continuem a progredir.

Assim, no processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino a meta a ser atingida por parte do aprendiz é que, se amplie a capacidade e domínio sob o seu discurso ativo nas mais variadas situações comunicativas sem que haja, desnecessariamente, a desvalorização da linguagem de seu grupo social como instrumento adequado para comunicação cotidiana, sobretudo, no combate ao preconceito linguístico. E ainda, tornar indivíduos críticos capazes de inferir o sistema linguístico com o intuito de expandir sua capacidade de monitoração sob o uso da linguagem.

No tocante aos conteúdos, os Pcn's (1998, p. 49) defende:

No trabalho com os conteúdos previstos nas diferentes práticas, a escola deverá organizar um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio de expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto (...) e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção do texto, operando, sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical.

A diante do exposto, vale salientar a importância dessas ferramentas de ensino para a efetivação e aprendizado do aluno. Todavia, se faz necessário a escolha e adequação do material para a prática de um ensino com total produtividade, a qual desempenhará bons resultados no ensino-aprendizagem do educando. Então, é necessário propiciar ao aluno o contato com textos de variados gêneros para incitar a formação da capacidade da oralidade e da escrita para a efetivação desse exercício.

Para melhor compreensão, ainda acerca dos objetivos do ensino de língua materna, é importante mostrar que "(...) se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a *competência comunicativa* dos usuários da língua (...)". (TRAVAGLIA, 2009, p. 17, grifos do autor).

A competência comunicativa é a capacidade que o falante desenvolve de comunicar-se adequadamente nas diversas situações de comunicação e de acender progressivamente quanto ao ato verbal, adequando-se diante das disparidades comunicativas.

Quanto à competência gramatical ou linguística, também proposta por Travaglia (2009, p.17), "(...) é a capacidade que tem todo usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) de gerar sequências linguísticas gramaticais (...)". Significa dizer que com essa competência, o usuário pode gerar infinitos enunciados baseado em regras aceitáveis pela construção da língua. Para isso, o falante precisa conhecer as regras exigidas por determinada gramática sabendo, dessa forma, fazer o uso adequado de normas aceitáveis pela mesma.

Há também a competência textual, que atua na capacidade do falante poder produzir e compreender textos bem elaborados com o léxico adequado a determinadas situações. Isso se dá através das seguintes capacidade propostas por

Travaglia (2009, p.18) inerentes à *competência textual*:

Capacidade formativa, que possibilita aos usuários da língua produzir e compreender um número de textos que seria potencialmente ilimitado. [...] Capacidade transformativa, que possibilita aos usuários da língua modificar, de diferentes maneiras [...] um texto. [...] Capacidade qualificativa, que possibilita aos usuários da língua dizer que tipo de texto pertence a um dado texto, naturalmente segundo uma determinada tipologia.

Então, vale ressaltar a importância diante desses objetivos e assim, destacar o que é necessário para o desenvolvimento dessas capacidades. Dessa forma, é fundamental que o professor apresente ao aluno a maior variedade de enunciados, e situações de interação, com a finalidade de desenvolver a competência comunicativa dos alunos.

Quanto à competência textual, para que se obtenha de fato, um resultado significativo é necessário propiciar ao aluno como forma de trabalho o contato com os mais variados tipos de gêneros textuais, para que através desse exercício o aluno possa estar capacitado para produzir, compreender, qualificar e reconstruir dados contextos.

Com isso, o aprendizado dessas competências convém para que os alunos possam conhecer além da forma gramatical, saber como utilizá-las. Sobretudo, a sua função linguística na sociedade. Pois, Travaglia (2009, p.20) “propõe ensinar o aluno a pensar, a raciocinar. Ensinar o raciocínio, o modo de pensar científico. (...) Evidentemente tais habilidades são importantes nos vários campos do conhecimento humano (...)”. Ou seja, com a inserção de gêneros textuais o educador contribui ativamente para com a competência escrita e oral do discente, tornando-o um indivíduo capaz de reagir diante de situações críticas e de interação social.

1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, doravante PCN'S, tem como objetivo neste documento mostrar aos professores como deve acontecer o ensino de língua, tendo em vista o aprendizado dos discentes. Além de

fornecer subsídios para ampliar o conhecimento dos educadores sobre o desenvolvimento da linguagem.

No tocante às práticas de análise linguística, vale salientar que o aprendiz precisa está apto às características dos diferentes gêneros textuais de acordo com a sua construção. Logo, os PCN'S (1998, p. 80) afirmam que “Um dos aspectos fundamentais da prática de análise linguística é a refacção dos textos produzidos pelos alunos”. Ou seja, tomado a produção do aluno como ponto de partida, será oportuno ao professor tanto trabalhar as características estruturais dos variados gêneros textuais quanto os aspectos gramaticais no âmbito de possibilitar o alunado o domínio da modalidade escrita e oral da língua.

Assim, a escola estará promovendo situações que favorecem a aprendizagem do aluno, tornando-o ativo e crítico quanto às variedades de prestígio e o desenvolvimento de atitudes com relação ao respeito à diversidade.

No que diz respeito às organizações didáticas, para os PCN's (1998), trabalhar com projetos na escola tem surtido grandes efeitos na formação do aluno, uma vez que os mesmos são envolvidos no planejamento das atividades. Pois, os projetos carregam exigências de grande valor pedagógico. Dessa forma, com a inserção dessa prática de ensino além de oferecer condições para prática de escuta, leitura e produção de textos orais e escritos, os PCN's (1998, p.87) declaram que os alunos “Criam a necessidade de ler e analisar grande variedade de textos e suportes do tipo que se vai produzir: como se organizam, que características possuem ou quais têm mais qualidade (...)”. Seguindo esse pensamento, serão trabalhados pontos relevantes para tornar o ensino aprendizagem do discente um trabalho bem mais elaborado onde permite abordar conteúdos de diferentes áreas de ensino do conhecimento linguístico e, ainda, poder tratar de temas transversais nessas áreas.

E por fim, para a realização de um ensino progressivo e diagnosticado da capacidade dos alunos, os PCN's (1998, p. 88) priorizam também, os Módulos Didáticos. Ou seja, são atividades e exercícios trabalhados de forma sequenciadas para que o aprendiz possa apropriar-se de características discursivas e linguísticas dos gêneros estudados, e assim, produzir seus próprios textos.

Demonstrada a forma de como o educador deve conduzir com proficiência suas práticas pedagógicas para a formação do aluno, trataremos a seguir, o que

dizem os teóricos sob o modo de como a linguagem é concebida a cerca do ensino, nas aulas de língua portuguesa.

2 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Outra questão pertinente acerca do ensino de língua materna é a forma como o professor concebe a linguagem. Pois, a postura que o professor de língua portuguesa tem diante dos alunos, é fundamental para o desenvolvimento das concepções e aprimoramento do ensino de língua materna.

Então, para entendermos essa questão, Travaglia (2009) partilha o mesmo pensamento que Geraldi (2006) e aponta três concepções para compreender a linguagem e seus pontos principais: a linguagem como expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação, e a linguagem como forma ou processo de interação. Incidiremos em tratar sobre o que diz cada uma dessas concepções.

2.1 Linguagem como expressão do pensamento

A concepção de linguagem quando é vista como expressão do pensamento, torna o raciocínio como principal responsável por intermediar a linguagem em qualquer situação social. Ou seja, ao articular a fala, o indivíduo faz apenas a exteriorização daquilo que está em sua mente.

Os autores apresentados a seguir, dialogam sobre essa concepção: Geraldi (2006, p.41) comenta "(...) que pessoas que não conseguem se expressar não pensam". E Travaglia (2009, p. 21) afirma que "A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução".

A partir desses conceitos, percebemos que a expressão se dá, inicialmente, dependentemente da capacidade cognitiva de cada um, que terá que organizar a lógica do pensamento, e a partir disso, articulá-la com proficiência. Por isso, a ideia de quem não tem essa habilidade de raciocínio coerente, apresenta dificuldades de expressar uma linha de raciocínio pertinente. Travaglia (2009, p. 22) conclui afirmando que "portanto, para essa concepção, o modo como o texto, que se usa em cada situação de interação comunicativa está constituído não depende em nada de

para quem se fala, em que situação se fala (onde, como, quando), para que se fala”. Para seguir essa concepção de linguagem, a língua passa a ser encarada como um sistema estável, e a enunciação torna-se um ato individual, além de não sofrer influência do outro no ato da comunicação (fala) sendo oportuno apenas, expressar o que se pensa de maneira articulada e organizada, sem que haja interação social.

2.2 Linguagem como instrumento de comunicação

Nessa concepção o fator eficaz para a realização da linguagem como instrumento de comunicação é o código, utilizado como mediador na realização do ato de comunicação.

A língua é transformada em combinações capazes de conduzir informações, “... é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor”, Travaglia (2009, p.22, grifos do autor).

Desse modo, é válido destacar que o código deve ser dominado pelos falantes diante do seu vocabulário, para que haja comunicação. Sendo a língua um ato social, é necessário que seja usada de maneira semelhante pelo menos entre duas pessoas para que a comunicação seja efetivada.

Travaglia (2009, pp. 22-23) ainda explica:

Para essa concepção o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, ou seja, informações que quer que cheguem ao outro. Para isso ele a coloca em código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem (informações). É a decodificação.

Dessa forma, o falante retentor de apurado conhecimento, organiza por meio de códigos a informação que será enviada ao seu receptor, este descodificará a mensagem em virtude do assunto discutido e as transformará os elementos do código novamente em informações, de acordo com a ideia do emissor, já que nessa concepção o objetivo é a transmissão de informações. A terceira e última concepção de linguagem será mostrada a seguir.

2.3 Linguagem como forma ou processo de interação

Nessa concepção, mais do que possibilitar uma transmissão de informação e exteriorização de um pensamento, essa concepção pode realizar ações, agir e atuar sobre o ouvinte em uma dada situação de comunicação (interação).

Assim, Travaglia (2009, p. 23) afirma que “A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio histórico e ideológico.”

Dessa forma, os usuários da língua podem interagir com determinados grupos sociais, portanto, para realização efetiva da linguagem se faz necessário um recurso linguístico responsável pela interação: o diálogo, fenômeno social da interação verbal.

Sendo o nosso objeto de estudo o ensino de gramática, discutiremos a seguir, o que se entende por gramática e, de acordo com cada concepção, expor o que seria saber gramática.

3 CONCEPÇÃO DE GRAMÁTICA

Para destacarmos as concepções de gramática, e entendermos como acontece a prática desse ensino, é indispensável antes de tudo definirmos o termo “gramática”, que no sentido mais amplo significa “um conjunto de regras a serem seguidas” Travaglia (2009).

Embasados em teorias de Travaglia (2009), Antunes (2003) e Possenti (1996), apresentaremos questões coerentes sobre o conceito de gramática.

3.1 Conceito de gramática

Para darmos início ao nosso objeto de estudo, abordaremos a seguir, o que se entende por gramática e, de acordo com cada concepção, expor o que seria saber gramática no ensino de língua portuguesa.

Para conceituar a gramática, Travaglia utiliza três expressões quando diz que “No primeiro, a *gramática* é concebida como um manual com regras de bom uso

da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente” (grifos do autor, 2009, p. 24). Nessa concepção, denominada como gramática normativa, a variedade padrão deve ser seguida pelos cidadãos falantes dessa língua para haver a efetivação do falar e escrever bem obedecendo a regras, caso contrário, ocorre indevidamente deformações ou degenerações devido ao uso inadequado da língua.

A segunda concepção de gramática é intitulada de “*gramática descritiva*, por ter como a descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função” (TRAVAGLIA, 2009, p. 27, grifos do autor). Ou seja, a gramática descritiva objetiva descrever regras utilizadas pelos falantes na construção de enunciados pela sociedade. Assim, a concepção descritiva da língua em uso, propõe ao professor desenvolver a competência comunicativa do seu aluno sob a óptica de como ele a utiliza, já que nesse conceito de gramática o importante é o modo de como o falante diz o enunciado.

Ainda na óptica de Travaglia (grifo do autor, 2009, p. 28):

A terceira concepção de gramática é aquela que, considerando a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário está engajado, percebe a *gramática* como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar.

Visto o conceito de gramática internalizada, vale ressaltar que saber gramática não está ligado diretamente à escolaridade, pois este fenômeno acontece processualmente com o amadurecimento de cada indivíduo em atividade linguística durante sua formação.

Em suma, nessa concepção de gramática não há erro linguístico, contudo, há o uso indevidamente de expressões formuladas por parte desses falantes em determinadas situações de comunicação e interação de um dado recurso linguístico.

Ainda sobre as concepções de gramática, discutiremos adiante pensamentos de outros autores acerca do conteúdo em questão.

Possenti (1996) afirma que “todos os que falam sabem falar”, logo, se sabem falar uma língua, sabem também a gramática, não especificamente as regras, já que estas só se aprendem na escola.

A partir desse pensamento, o autor conclui que a escola não ensina a língua materna, pois, os alunos já entram na escola sabendo falar, o que a escola precisa

fazer é ampliar a linguagem dos educandos através de variados textos, que possibilitem a inserção desses na sociedade. No entanto, também propõe três tipos de gramáticas, que são: Gramáticas normativas: conjunto de regras que devem ser seguidas; Gramáticas descritivas: conjunto de regras que são seguidas; Gramáticas internalizadas: conjunto de regras que o falante da língua domina. Já Antunes (2003, p.85) defende que “(...) toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras, independentemente do prestígio social ou o nível de desenvolvimento econômico e cultural da comunidade em que é falada”.

Com isso, a autora mostra que ao aprender uma língua, o falante passa a ter conhecimento de gramática, não especificamente saberia explicar essas regras gramaticais, mas usá-las de acordo com as regras de uso, que são construções naturais de um contexto, para que resulte em um diálogo interpretável por parte do receptor. E também afirma que as línguas existem para serem faladas e escritas, e as gramáticas para intermediar esse funcionamento, ou seja, a gramática existe em função das pessoas, que a utilizam quando falam, leem, ouvem e escrevem.

3.2 Tipos de gramática

Para a concretização do ensino de gramática, é indispensável que conheçamos os tipos de gramáticas existentes, para podermos valer-se adequadamente do uso da mesma de acordo com as necessidades.

Como exposto anteriormente, vimos os três conceitos de gramática, contudo, explicitaremos detalhadamente os tipos de gramática sob a visão de Travaglia (2009, p. 30). O autor mencionado classifica a gramática em onze tipos, sendo elas: gramática normativa, gramática descritiva, gramática internalizada ou competência linguística internalizada do falante, gramática implícita, gramática explícita ou teórica, gramática reflexiva, gramática contrastiva ou transferencial, gramática geral, gramática universal, gramática histórica e gramática comparada. No entanto, destacaremos as que têm relação com o ensino.

Segundo Travaglia (2009, p.30), a gramática *normativa*, “(...) é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial”.

Dessa forma, o estudo dessa gramática baseia-se, mais restritamente, à escrita e menos atribui importância à variedade oral da língua. Logo, a gramática normativa prescreve o que está de acordo com o uso da língua padrão.

A segunda gramática, Travaglia (2009, p.32) denomina de *descritiva*:

(...) é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (...) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.

Portanto, essa gramática faz uso de qualquer variedade da língua e dá prioridade à forma oral desta disparidade linguística. Logo, é papel dos linguistas observar tal exercício e a partir daí, formular repostas para explicar como acontece esse mecanismo da língua.

Outro tipo é a *gramática internalizada* ou *competência linguística internalizada do falante*, que Perini (1976, p. 20 e 22) apud Travaglia (2009, p.32) denomina como “(...) o próprio ‘mecanismo’, o conjunto de regras que é denominado pelos falantes e que lhes permite o uso normal da língua”.

Nessa concepção, é aceitável a variação linguística utilizada, pois é perceptível que esses falantes trazem essa gramática internalizada consigo. Ou seja, é o conjunto de regras que o falante adquiriu e, a partir daí, faz-se a descrição da fala de acordo com a sua linha de pensamento das quais lança mão ao falar.

Além dessas gramáticas já mencionadas, cuja concepção define que se tem por gramática, articulamos outros três tipos ligados à estrutura e funcionamento da língua que tem relação com o ensino.

A gramática *implícita* “(...) é a competência linguística internalizada do falante (...) de todos os níveis de constituição e funcionamento da língua: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e textual discursivo (...)” (TRAVAGLIA, 2009, p. 33). Ou seja, o falante age inconscientemente, pois este desconhece desse mecanismo e mesmo assim executa a fala automaticamente, para fins específicos de interação comunicativa.

A gramática *explícita* ou *teórica* para Perini (1976, p. 23-24) apud Travaglia (2009, p.33) “é representada por todos os estudos linguísticos que buscam, por meio

de uma atividade metalinguística sobre a língua, explicitar sua estrutura, constituição e funcionamento”.

O estudo dessa gramática busca estabelecer regras e descrição de estruturação do funcionamento linguístico, além de orientar basicamente o mecanismo de domínio que o falante tem ao possibilitar o uso da língua. Com isso fazem parte dessa gramática, as gramáticas normativas e descritivas.

A gramática *reflexiva* “(...) é a gramática de explicitação. (...) representa as atividades de observação e reflexão sobre a língua que buscam detectar, levantar suas unidades (...)”. Travaglia (2009, p.33).

O estudo dessa gramática remete ao processo de construção da língua. Ou seja, evidencia-se o aspecto linguístico do falante e a partir daí detectar a competência linguística internalizada pelo mesmo.

Com a demanda diversificada de gramáticas apresentadas por Travaglia (op.cit.), as quais apresentam particularidades próprias, faz render um trabalho extremamente produtivo na questão do ensino-aprendizagem. Contudo, cabe ao mediador(professor) fazer essa seleção de acordo com a realidade de ensino de sua turma.

Ao ensinar uma língua, é imprescindível que além do conteúdo, a linguagem utilizada pelo professor, esteja de acordo(semelhante) a fala dos discentes, pois, contribuirá para efetivação desse ensino. Desse modo, evidenciaremos, a seguir, três tipos de ensino de língua as quais demonstraremos a partir dessas definições, a importância sobre cada uma pode exercer na prática o ensino-aprendizagem, para assim, construirmos verdadeiros conhecedores do sistema linguístico da língua em uso.

4 TIPOS DE ENSINO DE LÍNGUA

Há três tipos de ensino de língua, conceituado por Halliday, McIntosh e Strevens (1974, p. 257-287) apud Travaglia (2009): o ensino prescritivo, descritivo e o produtivo.

“O ensino *prescritivo* objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística considerados errado/inaceitáveis por outros considerados corretos/aceitáveis.” (TRAVAGLIA, 2009, p.38, grifos do autor). Esse tipo de ensino está ligado à concepção de linguagem como expressão do pensamento e a gramática normativa, que dá ênfase a escrita culta e a correção formal da linguagem.

Já o ensino *descritivo* objetiva mostrar como funciona a linguagem, mas sobretudo, a língua. Nesse tipo de ensino, a língua materna é fundamental, por ser a que o aluno tem conhecimento. Trata, pois, de todas as variedades linguísticas e ainda prioriza as habilidades já adquiridas pelo aluno.

Enquanto que “O ensino *produtivo* objetiva ensinar novas habilidades linguísticas. Quer ajudar o aluno a estender o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente(...)”. (TRAVAGLIA, 2009, p. 39, grifos do autor). Ou seja, esse ensino não foca em desconstruir os padrões já formados pelo aluno, mas sim de ampliar suas potencialidades da língua e desenvolver novas proficiências.

Esses três tipos de abordagem do ensino de língua podem ser trabalhados juntos, ou separadamente, vai depender da metodologia do professor e dos seus objetivos aplicados em sala de aula. Em suma, vale ressaltar que com o uso desse ensino, permite-se um nível de aprendizagem mais produtivo, e além de aprimorar o ensino de língua materna não altera em nada da gramática implícita do falante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nessa pesquisa, concluímos quão é fundamental e imprescindível o ensino de gramática. Pois, é de extrema relevância conhecer o princípio da língua, e a partir desse sistema teórico, por em prática o uso da linguagem de forma adequada nas mais diversas situações de contextualização e interação social.

É preciso, pois, que esse processo de ensino-aprendizagem de gramática ocorra de forma qualificativa, que permita ao aprendiz a maneira correta de atuar sob a linguagem, um léxico apropriado para cada contexto social.

Dessa forma, nosso estudo tornou-se relevante à medida que pudemos contribuir para o conhecimento de propostas de ensino de gramática e sua promoção, fazendo ao mesmo tempo a correlação existente entre a proposta teórica e a presença delas nos documentos oficiais que regem o ensino de Língua Portuguesa.

Assim, esperamos ter contribuído de alguma forma para demonstrar a importância que tem a gramática na escola, com o seu devido uso. Esperamos também, ter proporcionado àqueles que não conheciam a proposta de um ensino significativo com bases firmadas no ensino de Língua Portuguesa, a oportunidade de conhecê-la e aplicá-la em sua sala de aula. No entanto, vale salientar que essa proposta precisa reinventar-se, para os diferentes contextos que o professor se depara, sempre com intuito de tornar o aluno um ser leitor emancipado, capaz de dialogar com várias questões e com isso debater e expor as suas críticas, e, além disso, capaz de construir novos textos, a partir de leituras efetivadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BRASIL/SEMTEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: Mec/Sef, 1998.

GERALDI, João Wanderley (org.) *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Por que (NÃO) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.